

Cia Virtus S/A

Demonstrações Financeiras

2023

(Modelo B)

Cia Virtus S/A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado do exercício	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
1. Contexto operacional	13
2. Base de preparação e principais práticas contábeis	13
2.1. Declaração de conformidade	13
2.2. Base de elaboração	13
2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação	13
2.4. Uso de julgamentos e estimativas	13
2.4.1. Estimativas	13
2.4.2. Julgamentos	14
2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez no exercício corrente	14
2.6. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não aplicados pela Companhia	15
3. Caixa e equivalentes de caixa	18
4. Contas a receber de clientes	19
5. Estoques	20
6. Impostos e contribuições a recuperar	20
7. Outras contas a receber	21
8. Imobilizado	22
9. Intangível	23
10. Direito de uso e arrendamentos a pagar	24
11. Fornecedores e outras contas a pagar	27
12. Empréstimos e financiamentos	27
13. Impostos e contribuições a recolher	28
14. Partes relacionadas	29
15. Imposto de renda e contribuição social diferidos	29
15.1. Composição dos tributos diferidos	30
15.2. Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social	31
16. Patrimônio líquido	31
16.1. Capital social	31
17. Receita operacional líquida	32
18. Custos e despesas por natureza	32

19.	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33
20.	Resultado financeiro e variação cambial	33
20.1.	Resultado financeiro, líquido	33
20.2.	Variação cambial, líquida	34
21.	Instrumentos financeiros	34
21.1.	Instrumentos financeiros derivativos.....	39
21.2.	Valor justo dos instrumentos financeiros	41
21.3.	Análise de sensibilidade	41
21.4.	Dívida líquida.....	42
21.5.	Considerações dos riscos sobre instrumentos financeiros	42
22.	Compromissos.....	43
23.	Cobertura de seguros.....	43
24.	Aprovação das demonstrações financeiras.....	44

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Cia Virtus S/A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cia Virtus S/A. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, XX de XXX

de 2024.XXXXX

Auditores

Independentes

S.S.CRC-

XSPXXXXXX/O

-X

XXXX de XXXXX

Contador CRC-

XSPXXXXXX/O-X

Balanço patrimonial

CIA VIRTUS SA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	20.000	15.000
Contas a receber de clientes	4	35.000	30.000
Estoques	5	30.000	20.000
Impostos e contribuições a recuperar	6	8.000	6.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-
Partes Relacionadas		15.000	5.000
Instrumentos financeiros	21	5.000	1.000
Outras contas a receber	7	4.000	5.000
Total do ativo circulante		117.000	82.000
NÃO CIRCULANTE			
Partes Relacionadas		-	-
Participações Outras Cias.		-	-
Outras contas a receber	7	10.000	9.000
Depósitos judiciais		-	-
Impostos e contribuições a recuperar	6	12.000	11.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	40.000	20.000
Imobilizado	8	190.850	212.000
Ativo de direito de uso	10	2.800	3.000
Intangíveis	9	850	1.000
Total do ativo não circulante		256.500	256.000
TOTAL DO ATIVO		373.500	338.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIA VIRTUS SA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	45.000	20.000
Empréstimos e financiamentos	12	70.000	45.000
Arrendamentos a pagar	10	800	1.000
Instrumentos financeiros	21	3.000	2.000
Salários e encargos sociais		2.000	1.500
Impostos e contribuições a recolher	13	5.000	3.000
Partes relacionadas	14	50.000	35.000
Frete e acordos comerciais a pagar	11	10.000	3.000
Tributos "sub-judice" e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		-	-
Dividendos a pagar		-	-
Outras contas a pagar	11	2.000	1.500
Total do passivo circulante		<u>187.800</u>	<u>112.000</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	170.000	180.000
Arrendamentos a pagar	10	700	1.500
Tributos "sub-judice" e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		-	-
Partes Relacionadas	14	-	-
Outras contas a pagar	11	12.000	11.500
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-
Total do passivo não circulante		<u>182.700</u>	<u>193.000</u>
TOTAL DO PASSIVO		370.500	305.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16	50.000	50.000
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-
Reserva de lucros		(17.000)	10.000
Prejuízos Acumulados		<u>(30.000)</u>	<u>(27.000)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>3.000</u>	<u>33.000</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>373.500</u>	<u>338.000</u>

Demonstração do resultado do exercício

CIA VIRTUS SA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO
 FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto prejuízo básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	250.000	180.000
Custo dos produtos vendidos	18	(230.000)	(175.000)
LUCRO BRUTO		20.000	5.000
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	18	(40.000)	(20.000)
Despesas gerais e administrativas	18	(10.000)	(5.000)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	200	100
Equivalência Patrimonial		-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(29.800)	(19.900)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	28.000	11.000
Despesas financeiras	20	(50.000)	(35.000)
Variação cambial, líquida	20	1.500	(2.000)
Total		(20.500)	(26.000)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(50.300)	(45.900)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	15.2	100	100
Diferidos	15.2	20.200	18.800
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(30.000)	(27.000)
RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	16.5	(0,0006)	(0,0005)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

CIA VIRTUS SA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(30.000)	(27.000)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
Ajuste valor de mercado instrumentos financeiros, líquido efeito fiscal		-	-
RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO		<u>(30.000)</u>	<u>(27.000)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

CIA VIRTUS SA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Prejuízos acumulados	Total
			Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		50.000	4.000	6.000	-	-	60.000
Integralização Capital Social 1º alteração estatuto	16.1	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	(27.000)	-	(27.000)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	16.2	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-
Transferência prejuízos acumulados	16.2	-	-	-	27.000	(27.000)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		50.000	4.000	6.000	-	(27.000)	33.000
Lucro ou prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(30.000)	-	(30.000)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	16.2	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva de retenção de lucros	16.2	-	-	-	-	-	-
Transferência prejuízos acumulados	16.2	-	-	-	30.000	(30.000)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		50.000	4.000	6.000	-	(57.000)	3.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

CIA VIRTUS SA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		(30.000)	(27.000)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Provisão para imposto de renda e contribuição social - diferidos	15	(18.456)	(17.286)
Depreciação e amortização	8, 9, 10	18.384	15.798
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos		14.641	21.825
Juros sobre empréstimos a partes relacionadas		1.015	2.742
VARIAÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS			
Contas a receber de clientes		(16.366)	(19.738)
Estoques		(8.445)	967
Impostos e contribuições a recuperar		(2.172)	11.104
Outras contas a receber, depósitos judiciais, instrumentos financeiros e despesas antecipadas		(5.475)	(2.101)
VARIAÇÃO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS			
Fornecedores		58.007	18.747
Partes relacionadas		(14.758)	14.925
Salários e encargos sociais		431	619
Impostos e contribuições a recolher		1.192	2.059
Instrumentos financeiros		807	(1.278)
Outras contas a pagar, fretes e acordos comerciais e adiantamentos		5.604	1.952
Caixa aplicado nas atividades operacionais		4.409	23.336
Juros pagos empréstimos		(17.962)	(19.044)
Juros pagos empréstimos a partes relacionadas			(1.861)
Juros pagos arrendamento			(189)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos			-
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais		(13.553)	2.242
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	8	(1.819)	(16.703)
Aquisições de bens do ativo intangível	9	(222)	(66)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.040)	(16.770)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização Capital Social			-
Empréstimos e financiamentos:			
Pagamentos de principal		(40.122)	(22.934)
Captação		62.004	56.817
Partes relacionadas:			
Pagamentos de principal			(44.925)
Arrendamentos		(1.290)	(1.129)
Captação			-
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento		20.593	(12.172)
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.000	(26.699)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	3	15.000	41.700
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - NO FIM DO EXERCÍCIO	3	20.000	15.000
		5.000	(26.700)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Cia Vistus S/A. (“Empresa”) é uma Sociedade de Capital Fechado com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, a empresa tem como objeto social e atividade preponderante a industrialização e comércio de produtos em geral.

2. Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Empresa, em 15 de fevereiro de 2024.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de julgamentos e estimativas

Quando da elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade, a Administração utiliza estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações financeiras não podem ser calculados com precisão. A Administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências. Desse modo, as estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 utilizadas para a preparação das demonstrações financeiras serão revisadas continuamente. Os efeitos das revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e os resultados efetivos podem diferir das estimativas.

2.4.1. Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Sociedade efetua estimativas significativas para a determinação de premissas utilizadas na avaliação de alguns saldos de ativos e passivos, despesas e receitas.

Os itens significativos que estão sujeitos a estimativas e premissas incluem o registro de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), a vida útil dos ativos, a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e a constituição de imposto de renda diferido.

2.4.2. Julgamentos

A Administração da Sociedade utiliza seu julgamento para definir as políticas contábeis adequadas a serem aplicadas a determinadas transações sempre que as normas e interpretações dos CPC vigentes não tratem especificamente dos respectivos assuntos contábeis.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez no exercício corrente

A Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)

A Companhia adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro.

A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.

A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).

b) Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade

A Companhia adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do 'processo de materialidade em quatro passos' descrito na Declaração de Prática 2.

c) Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

d) Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis

A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração".

A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

2.6. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não aplicados pela Companhia

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

a) Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto — Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no futuro caso transações dessa natureza ocorram.

b) Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB alinhou a data de vigência com as alterações de 2022 à IAS 1. Se uma entidade aplica as alterações de 2020 para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2022.

c) Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants

As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se uma entidade aplica as alterações para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2020.

d) Alterações a IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores

As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.

Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores:

- Os termos e as condições dos acordos;
- O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos;
- O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento;
- As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores;
- Informações sobre o risco de liquidez.

As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

e) Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”

As alterações ao IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.

As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo na IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de venda e leaseback que se qualifica como venda na aplicação do CPC 47 (IFRS 15) é um passivo de arrendamento.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) a transações de venda e leaseback celebradas após a data da adoção inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Prática contábil

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras não vinculadas. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do trimestre, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	5.000	11.000
Aplicações financeiras (i)	<u>15.000</u>	<u>4.000</u>
	<u>20.000</u>	<u>15.000</u>

- (i) Compostas basicamente de aplicações em CDB e Compromissadas, com rendimento pré-fixado indexado ao CDI

4. Contas a receber de clientes

Prática contábil

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes		
Mercado interno (denominados em reais)	34.800	31.500
Mercado externo (denominados em dólares norte-americanos)	2.000	-
Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PELCD)	<u>(1.800)</u>	<u>(1.500)</u>
	<u>35.000</u>	<u>30.000</u>

Parte do valor a receber apresentado pela Empresa é referente às operações de venda de seus produtos para as filiais da empresa ALFA S.A. (controladora), conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 13.

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A Vencer		
Até 30 dias	18.500	15.000
De 31 a 90 dias	10.500	10.000
De 91 a 180 dias	4.000	3.000
Há mais de 180 dias	-	-
	<u>33.000</u>	<u>28.000</u>
Vencidas		
Até 30 dias	3.000	2.500
De 31 a 90 dias	600	700
De 91 a 180 dias	200	300
Há mais de 180 dias	-	-
	<u>3.800</u>	<u>3.500</u>
TOTAL	<u>36.800</u>	<u>31.500</u>

A movimentação da PECLD é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	(1.500)	(1.000)
Adições	(600)	(700)
Baixas	300	200
Saldo final	<u>(1.800)</u>	<u>(1.500)</u>

5. Estoques

Prática contábil

Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realização da venda.

Quando aplicável, é constituída perdas estimadas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Produtos acabados	17.500	8.000
Matérias-primas	8.500	7.000
Materiais auxiliares e embalagens	3.000	4.000
Materiais de almoxarifado	2.300	2.000
Adiantamento a fornecedores e outros	-	-
(-) Perda estimada para não realização dos estoques	<u>(1.300)</u>	<u>(1.000)</u>
	<u>30.000</u>	<u>20.000</u>

A movimentação da perda estimada de estoques é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	(1.000)	(700)
Adições	(600)	(500)
Baixas	300	200
Saldo final	<u>(1.300)</u>	<u>(1.000)</u>

Os valores de adição e reversão devem ser os mesmos que afetaram o resultado do exercício (CPV)

(*) Valor corresponde a produtos em elaboração no encerramento do exercício referente a ordens de produção que serão encerradas no mês subsequente, janeiro de 2024.

A Administração da Empresa, considerando o histórico de realização de seus estoques, não identifica a necessidade de perdas para obsolescência ou perdas nos estoques.

6. Impostos e contribuições a recuperar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	14.500	13.000
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	700	500
Programa de Integração Social - PIS	120	100
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	150	100
Imposto de Renda Pessoa Jurídica- IRPJ	3.400	2.500
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.000	800
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	-
Outros Impostos	130	-
	<u>20.000</u>	<u>17.000</u>
	-	-
Ativo circulante	8.000	6.000
Não circulante - Realizável a longo prazo	<u>12.000</u>	<u>11.000</u>
	20.000	17.000

Os saldos dos impostos a recuperar são decorrentes de transações mercantis e considerados realizáveis pela Administração da Empresa no curso normal de suas operações.

Destacam as principais origens de impostos a recuperar:

(i) O saldo de ICMS a recuperar no curto prazo, corresponde a incentivos fiscais decorrente do PRODEPE e PROINFA e de créditos decorrente da aquisição de ativo imobilizado a ser compensado com o imposto a recolher nos próximos períodos.

O montante de imposto a recuperar, registrado no ativo circulante e não circulante, apresenta a seguinte expectativa de realização:

2.024	12.000	9.667
2.025	4.000	3.667
2.026	4.000	3.667
Total	<u>20.000</u>	<u>17.000</u>

7. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de outras contas a receber e como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamentos a fornecedores	120	130
Depósitos judiciais	3.100	3.200
Despesas a apropriar	900	1.100
Conta vinculada empréstimos	9.800	9.500
Outras contas a receber	80	70
	<u>14.000</u>	<u>14.000</u>
	-	-
Ativo circulante	4.000	5.000
Não circulante - Realizável a longo prazo	<u>10.000</u>	<u>9.000</u>
	14.000	14.000

8. Imobilizado

Prática contábil

Representado principalmente por benfeitorias em propriedade de terceiros, equipamentos industriais e imobilizados em andamento, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos. Tais imobilizações serão classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calculará o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente puder ser identificada, os ativos corporativos também serão alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) será reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

<u>Custo</u>	Benefícios em propriedade terceiros	Equipamentos industriais	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	70.000	90.000	600	100	55.000	215.700
Adições	15.000	25.000	1.000	200	10.000	51.200
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	1.000	10.000	2.000	1.500	(44.039)	(29.539)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	86.000	125.000	3.600	1.800	20.961	237.361
Adições	-	200	-	-	4.000	4.200
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	12.000	-	-	(12.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	86.000	137.200	3.600	1.800	12.961	241.561
Depreciação acumulada						
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(1.500)	(3.200)	(50)	(10)	-	(4.760)
Depreciação	(2.500)	(17.000)	(400)	(700)	(1)	(20.601)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.000)	(20.200)	(450)	(710)	(1)	(25.361)
Depreciação	(2.500)	(22.300)	(60)	(480)	(10)	(25.350)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(6.500)	(42.500)	(510)	(1.190)	(11)	(50.711)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82.000	104.800	3.150	1.090	20.960	212.000
Saldo em 31 de dezembro de 2023	79.500	94.700	3.090	610	12.950	190.850
Taxas médias de depreciação - %	2,00	5,30	5,90	33,33	11,54	-

(a) Refere-se a valores de ferramentas e acessórios e principalmente a imobilizações em andamento decorrentes da construção da nova planta fabril em São Paulo/SP.

(b) O início da depreciação dos ativos ocorreu a partir do mês 08/2021.

A Empresa monitora o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2023 a Empresa aplicou o teste de impairment e não identificou necessidade de constituir perdas estimadas para recuperação desses ativos.

9. Intangível

Prática contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente e substancialmente formados por direitos de uso de software e contratos de direito de uso, são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando necessário. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

<u>Custo</u>	Direito de uso - software	Marcas e patentes	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.150	-	-	1.150
Adições	70	-	-	70
Baixas	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.220</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.220</u>
Adições	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.220</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.220</u>
<u>Amortização acumulada</u>				
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(70)	-	-	(70)
Amortização	(150)	-	-	(150)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(220)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(220)</u>
Amortização	(150)	-	-	(150)
Baixas	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(370)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(370)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.000	-	-	1.000
Saldo em 31 de dezembro de 2023	850	-	-	850

Taxa Amortização 13,00%

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativo intangível da empresa é composto por direito de uso de software R\$850 (R\$1.000 em 2022). As taxas médias de amortização utilizadas são de 13,00%.

10. Direito de uso e arrendamentos a pagar

Prática contábil

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Empresa como arrendatária

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução

ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, sendo 05 anos para os Imóveis.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Empresa ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A movimentação do direito de uso foi o seguinte:

Arrendamento Imóveis	2.022	2.021
Saldo no início do período	3.000	3.200
Atualização do contrato	100	100
Depreciação	(300)	(300)
31 de dezembro de 2022	<u>2.800</u>	<u>3.000</u>
Vida útil (anos)	3,5	

A movimentação dos arrendamentos a pagar é a seguinte:

Arrendamento Imóveis	2.023	2.022
Saldo no início do período	3.000	3.200
Atualização do contrato	100	100
Depreciação	(300)	(300)
31 de dezembro de 2023	<u>2.800</u>	<u>3.000</u>
Vida útil (anos)	3,5	

	Saldo compromisso de arrendamento	Ajuste a valor presente	Passivo de arrendamento
Saldo inicial 2022	4.000	(300)	3.700
Atualização do contrato	(30)	-	(30)
Pagamentos efetuados	(1.320)	-	(1.320)
Apropriação encargos financeiros	-	150	150
31 de dezembro de 2022	<u>2.650</u>	<u>(150)</u>	<u>2.500</u>
Atualização do contrato	200		200
Pagamentos efetuados	(1.350)		(1.350)
Apropriação encargos financeiros		150	150
31 de dezembro de 2023	<u>1.500</u>	<u>-</u>	<u>1.500</u>
Passivo circulante			800
Passivo não circulante			700
Total			<u>1.500</u>

	Vencimento
De 1º/01/2024 a 31/12/2024	1.400
De 1º/01/2025 a 31/12/2025	120
A partir de 1º/01/2026	-
(-) Ajuste a valor presente	(20)
	<u>1.500</u>

A Empresa chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica. A vigência do contrato é de 3,5 anos e a taxa incremental é de 6,04% a.a.

A Empresa, em plena conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso técnico de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma.

11. Fornecedores e outras contas a pagar

Prática contábil

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fornecedores e outras contas a pagar é como segue:

	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
Matéria prima	28.000	10.000
Embalagem	2.000	2.500
Transportadores	2.500	500
Serviços diversos	5.000	1.000
Materiais de almoxarifado	200	300
Outras contas a pagar - Fretes, acordos, adiantamentos	5.000	3.000
Outras contas a pagar – Subvenções a reconhecer	500	1.000
Outras contas a pagar – Subvenções a reconhecer - Longo Prazo	1.800	1.700
TOTAL	<u>45.000</u>	<u>20.000</u>

12. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa de juros ao ano	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento final	Garantia
Resolução 4131 (a)	CDI + 2,45% a 3,20%	100.000	65.000	05/2024	Aval, Aplicações, Duplicatas
Aquisição de imobilizado (b)	IPCA + 2,57% a 2,95%	140.100	160.150	01/2032	Aval, Aplicações, alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado e hipoteca imóvel
Encargos financeiros antecipados		(100)	(150)		
Total		<u>240.000</u>	<u>225.000</u>		
Passivo circulante		70.000	45.000		
Não circulante		170.000	180.000		
		<u>240.000</u>	<u>225.000</u>		

(*) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais dos acionistas, alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios de duplicatas.

(a) Resolução nº 4.131

Refere-se a operações com formas de pagamentos de juros trimestrais, e principal anual, o vencimento final do contrato será em maio de 2024.

(b) Aquisição de imobilizado

Refere-se à linha de crédito, disponibilizada pelo Banco do Nordeste, para aquisição de imobilizado, sendo compra de máquinas, equipamentos, e benfeitorias civis, as quais estão garantidas pelos próprios bens objeto do financiamento, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos aproxima-se do seu valor contábil.

A Empresa está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) existentes em alguns contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. A apuração das cláusulas ocorre anualmente com base nas demonstrações financeiras emitidas. Todas as condições restritivas foram atendidas pela Empresa.

13. Impostos e contribuições a recolher

Prática contábil

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% excedente a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Para 2023 a Empresa optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - recolher	2.880	1.500
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS - recolher	1.470	800
Programa de Integração Social - PIS - recolher	250	200
Imposto de Renda Renda na Fonte - IRPF - recolher	50	100
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - recolher	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - recolher	-	-
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	10	10
INSS retidos sobre serviços Pessoa Jurídica	40	90
Outros - recolher	300	300
	<u>5.000</u>	<u>3.000</u>
Passivo circulante	<u>5.000</u>	<u>3.000</u>
Não circulante (*)	<u>-</u>	<u>-</u>

14. Partes relacionadas

	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
Ativo Circulante		
ALFA S.A. (a)	-	-
Clientes Intercompany	15.000	5.000
Passivo circulante:		
Fornecedores Intercompany (b)	50.000	20.000
BETA S.A. (c)	-	-
ALFA (d)	-	15.000
Dividendos a pagar	-	-
	<u>50.000</u>	<u>35.000</u>

(a) Refere-se às operações de subcontratação da ALFA S.A. (controladora) para a produção de equipamentos destinados à venda.

(b) Refere-se ao contrato de aluguel das instalações da Empresa, cujo valor mensal do aluguel dos imóveis foi estipulado em contrato elaborado em 04 de outubro de 2018, atualizado anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M).

(c) Refere-se a empréstimo captado junto à controladora para utilização como capital de giro, com incidências e pagamento de juros mensais e carência de 09 meses para inicial do pagamento do valor principal.

15. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Prática contábil

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos

não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são

revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada em cada data de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros

estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, na data de divulgação, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados no grupo "Ajustes de avaliação patrimonial" cujos efeitos são registrados diretamente no patrimônio líquido.

15.1. Composição dos tributos diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se conforme a seguir:

	2023	2022
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	50.000	25.000
Diferenças temporárias:		
Tributos sub-judice, líquido dos tributos de contribuição social	-	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-
Provisão para realização e obsolescência de estoque	-	-
Diferença Taxa Depreciação Fiscal x Societária	(8.700)	(4.700)
Operações de SWAP, despesas com exportação e contingências	(800)	500
Outras	(500)	(800)
Total dos créditos	<u>40.000</u>	<u>20.000</u>
Débitos tributários		
Outras	-	-
Custo atribuído ao imobilizado	-	-
Total dos débitos	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de imposto de renda e contribuição social, líquido	<u>40.000</u>	<u>20.000</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos créditos do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados líquidos no ativo não circulante, é demonstrada a seguir:

Ano	2023	2022
2024	16.000	9.000
2025	13.000	7.000
2026	11.000	4.000
	40.000	20.000

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Sociedade e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Sociedade.

15.2. Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(50.300)	(45.900)
Cálculo do imposto de renda e da contribuição social pela alíquota vigente - 34%	17.102	15.606
Ajuste para refletir a alíquota efetiva:		
Subvenções para investimentos	4.115	3.400
Outras Diferenças permanentes	(916)	(106)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	20.300	18.900
Composição da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social:		
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(100)	(100)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(20.200)	(18.800)

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

	Quantidade de ações	Quantidade de ações
ALFA S.A.	50.000.000	50.000.000
	50.000.000	50.000.000
Capital social	50.000.000	50.000.000
Valor nominal ações ordinárias	1,00	1,00

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é dividido em 50.000.000 quotas com valor nominal de R\$1,00 cada, sendo de propriedade da ALFA S.A., 49.999.999 quotas e de propriedade da BETA S.A., 1 quota.

17. Receita operacional líquida

Prática contábil

A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a entidade possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a entidade transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; (v) o cliente aceitou o ativo. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador dos riscos e benefícios relacionados à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Sociedade; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade.

A seguir, abertura da receita operacional líquida:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Vendas brutas de produtos	300.000	220.000
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Impostos sobre as vendas	(35.000)	(28.000)
Abatimentos e descontos incondicionais, vendas canceladas e devoluções das vendas	(15.000)	(12.000)
Receita líquida de vendas	<u>250.000</u>	<u>180.000</u>

18. Custos e despesas por natureza

A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas operacionais baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Gastos Gerais de Fabricação:		
Outros Fretes	1.500	800
Outras Despesas	2.200	2.000
Serviços	5.000	4.000
Despesas Com Pessoal	14.000	12.000
Materias Primas e Materiais de Produção	17.000	6.000
Encargos de depreciação e Amortização	15.000	22.000
Total Gastos Gerais de Fabricação	54.700	46.800
Materias primas e materiais de produção	175.300	128.200
Total Custos	230.000	175.000

Despesas com vendas e despesas gerais e administrativa:

Despesas com pessoal	5.000	3.000
Fretes na venda de produtos	6.000	5.000
Outros Fretes	-	10
Bonificações, acordos comerciais e ações de marketing	15.000	2.500
Outras despesas comerciais	500	150
Encargos de depreciação e amortização	2.500	1.500
Serviços	3.000	500
Despesas intercompany	13.000	10.000
Outras despesas	5.000	2.340
Total despesas com vendas e despesas gerais e administrativa	50.000	25.000
	-	-

Classificados como:

Despesas com vendas	40.000	20.000
Despesas gerais e administrativas	10.000	5.000
Total	50.000	25.000

As despesas Intercompany correspondem aos gastos atribuídos a Empresa sobre o rateio de despesas que incorrem em sua controladora de forma centralizada sobre as operações e atividades que envolvem as suas controladas.

19. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2023	2022
Desapropriação de terrenos	-	-
Lucro ou perda na venda de ativo imobilizado, líquida	-	-
Revenda de embalagem	-	-
Venda folha de pagamento	-	-
Revenda de matéria prima	-	-
Outras, líquidas	200	100
	<u>200</u>	<u>100</u>

20. Resultado financeiro e variação cambial
Prática contábil

Ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras ou sujeitos à atualização monetária

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços, bem como os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor nas datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício.

20.1. Resultado financeiro, líquido

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas financeiras		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	35.000	10.000
Juros sobre passivos financeiros e descontos concedidos	18.000	22.000
Tributos e taxas sobre operações financeiras	100	80
	<u>53.100</u>	<u>32.080</u>
Receitas financeiras		
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	23.000	10.000
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.000	800
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	400	120
	<u>27.400</u>	<u>10.920</u>

20.2. Variação cambial, líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Variação cambial ativa	20.000	6.000
Variação cambial passiva	(14.800)	(10.840)
Variação cambial, líquida	5.200	(4.840)
Resultado Financeiro	<u>(20.500)</u>	<u>(26.000)</u>

A variação cambial refere-se à venda de produtos no mercado externo e compra de maquinários importados.

Lucro básico e diluído por ação

Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante o exercício.

Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidores em circulação durante o exercício.

21. Instrumentos financeiros

Prática contábil

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ele precisa gerar fluxos de caixa futuros que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referidos como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Empresa classifica os seus ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e

investimentos patrimoniais listados, os quais a Empresa não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se:

(a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Empresa também reconhece um passivo associado.

O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Empresa. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor

máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Empresa reconhece perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são reconhecidas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária o reconhecimento de perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes, a Empresa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Empresa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece perdas estimadas para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Empresa estabeleceu uma matriz de perdas estimadas que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Empresa considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 12 meses. No entanto, em certos casos, a Empresa também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Empresa receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Empresa.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Empresa que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para a Empresa. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

A Sociedade realiza normalmente transações com instrumentos financeiros e utiliza os derivativos com o propósito único de minimizar riscos relativos às flutuações de mercado, ajustando e controlando sua exposição ao impacto das variações cambiais. Tais derivativos financeiros referem-se a de SWAP para empréstimos.

A política de “hedging” da Sociedade permite realizar somente operações que minimizem os fatores de risco. Conforme a diretriz de risco, a Sociedade não permite que suas transações tenham o valor nocional maior que a exposição a ser coberta. Dessa forma, toda transação deve sempre ter relação a um contrato comercial e qualquer efeito, negativo ou positivo, de tais transações será coberto por meio das vendas, custo ou investimentos ligados a essas transações.

Os instrumentos financeiros e o uso dos derivativos estão em linha com a avaliação de risco e política de “hedging” da Sociedade que, por sua vez, não opera com instrumentos que não estejam diretamente ligados com suas atividades normais de negócios.

21.1. Instrumentos financeiros derivativos

Prática contábil

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Empresa utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de commodities, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. A Empresa possui instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição a riscos de câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo de moedas.

No início de um relacionamento de hedge, a Empresa formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Empresa avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na nota explicativa nº 21.2

A determinação do valor justo (“fair value”) dos instrumentos financeiros contratados pela Sociedade é efetuada com base em metodologia padrão no mercado e com base em informações obtidas com instituições financeiras.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Sociedade estão apresentados e classificados conforme a seguir:

<u>Ativos financeiros</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	20.000	15.000
Contas a receber de clientes	35.000	30.000
Partes relacionadas	15.000	5.000
Ativos mensurados a valor justo		
Conta vinculada empréstimos	10.000	9.000
Instrumentos financeiros	5.000	1.000
Total dos ativos financeiros	<u>85.000</u>	<u>60.000</u>
<u>Passivos financeiros</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores	45.000	20.000
Empréstimos e financiamentos	240.000	225.000
Partes relacionadas	50.000	35.000
Dividendos a pagar	-	-
Passivos mensurados a valor justo		
Instrumentos financeiros	3.000	2.000
Total dos passivos financeiros	<u>338.000</u>	<u>282.000</u>

Os instrumentos derivativos contratados pela Sociedade em 2023 têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e não são utilizados para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos derivativos contratados, em aberto, pela Sociedade são Contratos de Swap para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações de captações de empréstimo em moeda estrangeira. O swap está sendo utilizado como hedge da exposição às variações no percentual de 100% do valor justo dos empréstimos, mantendo seus pagamentos líquidos em moeda nacional e indexados ao CDI. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a valor justo e registrados nas respectivas contas de origem da proteção.

Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento.

Os resultados das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos encerrados e posições em aberto, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que afetaram as contas de resultado, são resumidos a seguir (valores positivos referem-se a receitas e valores negativos referem-se a despesas):

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Contratos vinculados à moeda:</u>		
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	23.000	9.500
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(35.000)	(9.500)
Efeito nas rubricas da demonstração de resultado	<u>(12.000)</u>	<u>-</u>

21.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros está incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas, que não em uma venda forçada ou liquidação. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar os valores justos:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e contas a pagar negociáveis, e outros passivos correntes aproximam seus valores a transportar principalmente devido a vencimentos de curto prazo desses instrumentos.
- Contas a receber/empréstimos de taxa variável e de taxa fixa de longo prazo são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros, como taxas de juros, fatores de risco específico por país, crédito individual do cliente e características de risco do projeto financiado. Com base nessa avaliação, são levadas em conta PECLD para as perdas esperadas dessas contas a receber. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores a transportar de tais contas a receber, sem a PECLD, não eram materialmente diferentes dos seus valores justos calculados.
- A Sociedade firma instrumentos financeiros derivativos com algumas contrapartes, principalmente instituições financeiras com classificação de crédito em grau de investimento.

A Sociedade utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: valores cotados (sem ajuste) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas segundo as quais todos os lançamentos com efeito significativo no valor justo registrado são observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que utilizam lançamentos com efeito significativo no valor justo registrado e que não se baseiam em dados de mercado observáveis.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade mantinha os seguintes instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo com base no Nível 2, conforme demonstrado nas tabelas acima.

21.3. Análise de sensibilidade

21.3.1. Análise de sensibilidade - risco de taxa de juros

A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes

cenários. A tabela seguinte resume todas as posições da situação financeira da Sociedade impactada pela variação da taxa de juros.

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes anteriores foram mantidas constantes.

A seguir, as principais premissas da análise:

- Empréstimos captados com taxa de juros flutuantes, sem “hedge”.
- Valor justo de derivativos de taxa de juros.

As taxas de juros foram comparadas com a:

- CDI.
- IPCA.

Os impactos dessas possíveis variações são demonstrados no resultado operacional para cada item.

21.4. Dívida líquida

A dívida líquida financeira, tal como definido e utilizado pela Sociedade corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de outros valores de liquidez imediata.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Dívida líquida</u>		
Endividamento bancário	240.000	225.000
Caixa e equivalentes de caixa	(20.000)	(15.000)
Instrumentos financeiros SWAP	(2.000)	1.000
Conta vinculada empréstimos	<u>(10.000)</u>	<u>(9.000)</u>
Endividamento líquido	<u>208.000</u>	<u>202.000</u>

21.5. Considerações dos riscos sobre instrumentos financeiros

Risco de taxas de juros

A Sociedade está exposta a taxas de juros flutuantes, sendo substancialmente:

- As variações da taxa de câmbio que remunera os saldos descritos em caixa e equivalentes de caixa, conforme nota explicativa nº 3.
- Juros sobre empréstimos de capital de giro contratados com taxa pós-fixadas de CDI + 1,0% a 3,2% ao ano;
- Juros sobre empréstimo para compra de máquinas e equipamentos e implantação de uma nova fábrica, com taxa pós-fixada de IPCA + 2,57% a IPCA + 2,94% a.a.

A Sociedade não possui nenhum instrumento derivativo para mitigar os riscos de taxas de juros, pois sua Administração considera que, pela característica dos índices aos quais suas

aplicações e obrigações financeiras estão indexadas, não está exposta a variações significativas.

Risco de liquidez

É o risco de a Sociedade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de desequilíbrio de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A Sociedade atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente

de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A Administração estabeleceu uma política para seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A Sociedade protege suas posições por meio das operações descritas anteriormente, efetuadas sob a orientação de sua tesouraria. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidas em moeda diferente da moeda funcional da Sociedade.

A política de gestão de risco financeiro da Sociedade é a de proteger entre 25% e 75% os fluxos de caixa previstos (principalmente vendas de exportações e aquisição de estoques) de cada uma das principais moedas estrangeiras pelos 12 meses subseqüentes. Risco de crédito

A política de vendas da Sociedade subordina-se às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da

inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é obtido mediante seleção de clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, e mediante diversificação de suas contas a receber (pulverização do risco). Além dos procedimentos mencionados, a Sociedade possui seguro de crédito contratado com empresa especializada de renome internacional a fim de mitigar ainda mais os riscos de clientes com faturamentos mais representativos.

Adicionalmente, não existe nenhum cliente cujo saldo a receber represente mais do que 3% do valor total de contas a receber de clientes.

22. Compromissos

A Sociedade possui contrato de aluguel do terreno foi construída a planta industrial da empresa, este terreno é de propriedade da SIGMA Participações S.A., conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, com vigência de 60 meses a partir de 1º de janeiro de 2019. Os compromissos futuros relacionados aos contratos são de aproximadamente R\$1.320 por ano.

23. Cobertura de seguros

As coberturas de seguros foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza das suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2023, esses seguros cobrem riscos para prédios, máquinas, móveis, utensílios e produtos acabados, conforme a seguir:

Riscos cobertos	2023	2022
	Cobertura máxima (*)	Cobertura máxima (*)
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	500.000	500.000
Lucros cessantes	120.000	120.000
Fenômenos naturais, impactos de veículos aéreos ou terrestres etc.		

(*) Corresponde ao somatório das coberturas das diversas localidades seguradas.

O escopo do trabalho de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração.

24. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo acionista controlador da Empresa e autorizadas para emissão em 15 de fevereiro de 2024.